

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ex-prefeito é pré-candidato ao governo do Rio

Aliados de Paes buscam novo nome para disputar Alerj

Deputados que defendem Eduardo Paes (PSD) para o governo do Rio começaram a buscar outro nome para a disputa da presidência da Assembleia Legislativa, exercida de forma interina por Guilherme Delaroli (PL). Os mais citados são Rosenverg Reis (MDB), Vitor Junior (PDT) e Luís Paulo (PSD). O emedebista é irmão de Jane Reis, pré-candidata a vice na chapa de Paes. O escolhido pelo grupo era Chico Machado, ligado ao ex-presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União), que está preso e teve o mandato cassado.

Entre outros problemas, Machado deverá se filiar ao PL, partido de Douglas Ruas, que venceu com facilidade a eleição para o cargo, que acabou anulada

Prorrogação

A situação ficou tão complicada que a escolha do futuro presidente só deverá ocorrer a partir do dia 14. É quando o Tribunal Regional Eleitoral concluirá o processo de retotalização dos votos que fará com que Renan Jordy (PL) assumira o mandato no lugar de Bacellar.

Para tentar equilibrar a disputa pela presidência da Alerj, o PDT pediu ao TRE que transforme em secreta a votação para a presidência da Alerj.

CM



Governador em exercício, Ricardo Couto de Castro

Jeitinho

Em tese, pela Constituição estadual, o futuro presidente da Alerj assumirá o governo do estado até a realização de eleição para a escolha de quem completará o mandato de Cláudio Castro (PL), que renunciou ao cargo. O governo está sendo exercido por Ricardo Couto de Castro, presidente do Tribunal de Justiça.

Mas já há quem defenda a permanência do desembargador no cargo até que ocorra a eleição. “Já que ele assumiu, não tem porque sair”, afirma um parlamentar ligado a Paes.

Escalação

A situação começará a ser definida no próximo dia 8, quando o Supremo Tribunal Federal decidirá se a eleição para o mandato-tampão será direta ou indireta.

No primeiro caso, Paes será o candidato do grupo que fazia oposição a Castro; se a escolha couber aos deputados, o indicado será André Ceciliano (PT), que já presidiu a Alerj. Ruas é o nome do PL para as duas opções.

Vantagem

As chances de Ceciliano aumentaram com a decisão do STF de que o voto, na eventual eleição indireta, será secreto. Isso diminuiria a pressão exercida principalmente por prefeitos do interior do estado, ligados, em sua grande maioria, ao senador Flávio Bolsonaro (PL), pré-candidato à Presidência.

UERJ parada

A situação fluminense ficou tão caótica que tem passado batida a greve de professores e funcionários da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os grevistas alegam que o ex-governador não cumpriu uma lei de 2021 que previa a recomposição salarial dos funcionários — só pagou uma parcela.

Redução de danos

Pesquisas regionais feitas pela Atlas deram um certo alívio a petistas. Em São Paulo, num eventual segundo turno, Flávio Bolsonaro venceria o petista com 5,4 pontos de vantagem no critério de votos válidos. Em 2022, a diferença registrada a favor de Jair Bolsonaro foi de 10,48 pontos.

Esperança

Para votação no primeiro turno, a pesquisa apontou empate técnico, com 43,4% para Flávio e 42,5% para Lula, diferença de 0,9 ponto. Tem gente no PT torcendo para o crescimento de Ronaldo Caiado (PSD), o que poderia dar ao atual presidente uma vitória provisória, na primeira rodada. Em São Paulo, isso representaria muito.

Zema

A pesquisa presidencial feita em Minas foi comemorada principalmente pelo mau desempenho do ex-governador Romeu Zema (Novo), que ficou com 4,7%. Na disputa pelo governo, a diferença de apenas 4,1 pontos de Cleitinho Azevedo (Republicanos) para Rodrigo Pacheco (PSB) também foi festejada.

Carlos em SC

Em Santa Catarina, a direita deverá ficar com as duas vagas no Senado, mas, mesmo assim, a esquerda vibrou com o resultado da pesquisa. É que Carlos Bolsonaro (PL) ficou em terceiro lugar, atrás de Carol de Toni (PL) e de Esperidião Amin (PP). A torcida contra Carluxo é muito grande.



Atraso pode complicar situação do BRB

Efeito Master trava entrega do balanço do BRB

Banco não nega que operações questionadas pesam

Por Beatriz Matos

O atraso na divulgação do balanço de 2025 do BRB (Banco de Brasília) abriu uma nova frente de tensão no já delicado cenário envolvendo o banco público do Distrito Federal. A decisão de segurar os números não foi apenas contábil, uma vez que ela escancarou o tamanho da crise que se formou a partir das operações com o Banco Master.

Sem publicar as demonstrações dentro do prazo legal, encerrado em 31 de março, o BRB passou a ficar exposto a sanções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC), além do risco mais sensível: a suspensão do registro de companhia aberta, o que significaria a intervenção no banco. A medida, embora ainda remota, é tratada como um alerta relevante no mercado.

Pelas regras, o atraso pode gerar multas diárias que variam de R\$ 500 a R\$ 1 mil por documento não entregue, podendo se acumular conforme o número de obrigações em atraso. No caso do banco, também há previsão de penalidade diária de até R\$ 60 mil pelo descumprimento.

Em comunicado ao mercado, o banco atribuiu o adiamento à necessidade de concluir uma auditoria forense ligada à operação “Compliance Zero”, da Polícia Federal (PF). A investigação da PF envolve justamente os negó-

cios firmados com o Banco Master, ponto central da crise.

A leitura é de que a auditoria tenta dimensionar o impacto de ativos considerados problemáticos. O BRB adquiriu mais de R\$ 12 bilhões em carteiras de crédito sem lastro consistente, conforme denunciou o Correio da Manhã no caso dos professores estaduais da Bahia, o que gerou um rombo bilionário ainda em processo de mensuração. A própria instituição admite que precisa avaliar os efeitos desses eventos antes de consolidar os números.

A justificativa oficial fala em “fidedignidade” e “transparência”, mas o movimento também revela cautela diante de possíveis repercussões jurídicas e regulatórias.

Pela regra da CVM, demonstrações financeiras devem ser divulgadas até três meses após o fim do exercício. O descumprimento pode gerar multas diárias e, em casos mais extremos, levar à suspensão do registro da companhia.

No Supremo Tribunal Federal (STF), senadores tentam redirecionar a ação que pede a instalação de uma CPI para investigar o Banco Master. O grupo solicita que o caso seja analisado pelo ministro André Mendonça, sob o argumento de conexão com inquéritos já sob sua relatoria.

Atualmente, o pedido está com o ministro Kassio Nunes Marques.